



> RELATÓRIO // C A S E S

A REALIDADE ESTATÍSTICA DAS COOPERATIVAS DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL EM PORTUGAL

2 0 1 7 - 2 0 1 8



COOPERATIVAS DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL 2018

ABRIL 2020

ÍNDICE

1.	Nota Introdutória.....	4
2.	Conta Satélite da Economia Social 2019	5
3.	Estudo CNIS.....	9
4.	Portal de Credenciação	10
4.1.	Demografia e Estatutos.....	11
4.2.	Distribuição Geográfica.....	13
4.3.	Principais atividades.....	14
4.4.	Órgãos Sociais e Cooperadores	15
4.5.	Emprego.....	16
4.6.	Dados económico-financeiros	18
5.	Nota Final.....	21
6.	Infografia	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – VAB, Remunerações e Emprego Remunerado (ETC) das Cooperativas segundo dados da CSES para 2013 e 2016.....	6
Figura 2 – Caracterização das Cooperativas classificadas em Saúde e Serviços Sociais (CIOSFL/TS), 2016.....	7
Figura 3 – Importância relativa (%) das IPSS na Economia Social em 2013 e 2016.....	8
Figura 4 – Cooperativas equiparadas a IPS por CIOSFL/TS (N.º), 2016.....	8
Figura 5 – Evolução do Número de Cooperativas de Solidariedade Social Registadas e Credenciadas, 2017 e 2018.....	11
Figura 6 – Importância relativa de diferentes Estatutos especiais no total de Cooperativas do Ramo de Solidariedade Social, 2017 e 2018.....	12
Figura 7 – Evolução da data de constituição das Cooperativas de Solidariedade Social que submeteram informação no Portal de Credenciação, 2018.....	12
Figura 8 – Cooperativas de Solidariedade Social por Distrito, 2018.....	13
Figura 9 – Peso relativo das Cooperativas de Solidariedade Social face ao total de Cooperativas, por Distrito, 2018.....	14
Figura 10 – Cooperativas de Solidariedade Social por 10 mil habitantes, 2018.....	14
Figura 11 – Distribuição das Cooperativas de Solidariedade Social por CAE principal, 2018.....	15
Figura 12 – Peso relativo dos membros dos Órgãos Sociais das Cooperativas de Solidariedade Social no Setor Cooperativo, total e por género feminino, 2017 e 2018.....	16
Figura 13 – Distribuição de Género pelos diferentes Órgãos Sociais, 2018.....	16
Figura 14 – Importância relativa das Cooperativas de Solidariedade Social no Emprego do Setor Cooperativo, 2017 e 2018.....	17
Figura 15 – Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Género, 2017 e 2018.....	17
Figura 16 – Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Escalões Etários, 2017 e 2018.....	17
Figura 17 – Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Níveis de Escolaridade, 2017 e 2018.....	18
Figura 18 – Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Tipo de Contrato, 2017 e 2018.....	18
Figura 19 – Peso relativo das rubricas Vendas e Serviços Prestados e Subsídios à Exploração no total de Rendimentos das Cooperativas de Solidariedade Social, 2017 e 2018.....	19
Figura 20 – Peso relativo das principais rubricas de Gastos no total de Gastos das Cooperativas de Solidariedade Social, 2017 e 2018.....	19
Figura 21 – Proporção de Cooperativas de Solidariedade Social por Natureza dos Resultados ..	20
Figura 22 – Principais Rácios Financeiros das Cooperativas de Solidariedade Social e do Setor Cooperativo, 2017 e 2018.....	20

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Ramo de Solidariedade Social engloba as Cooperativas que têm por missão satisfazer necessidades sociais dos seus Cooperadores, assim como promover a sua integração e apoio, em particular dando resposta às necessidades de: crianças e jovens; pessoas com deficiência; idosos; famílias e comunidades socialmente desfavorecidas; situações de doença, velhice, deficiência e/ou carências económicas graves; acesso à educação, formação e integração profissional.

O Ramo de Solidariedade Social tem, assim, um papel muito significativo na coesão social e assegura um enorme contributo para a qualidade de vida da população portuguesa, em particular dos grupos mais vulneráveis. Porém, atualmente existe uma carência de estudos estatísticos orientados exclusivamente ao Ramo de Solidariedade Social, o que, por consequência, não permite conhecer com rigor as características deste Ramo e o seu posicionamento no Setor Cooperativo.

Nesse sentido, este relatório tem por objetivo analisar o estado da arte da informação estatística disponível a respeito do Ramo Cooperativo de Solidariedade Social.

Com efeito, foram identificadas apenas duas fontes de informação que, embora focadas em aspetos diferentes, incluíam informação que poderia ser associada ao Ramo da Solidariedade Social. Designadamente, a Conta Satélite da Economia Social (CSES), focada em indicadores para a Economia Social, e um estudo da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS), focado no universo das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), observando-se que ambos os estudos devem ser entendidos como fornecedores de informação *proxy* ao Ramo da Solidariedade Social.

Por seu turno, dada a carência de informação, nesta análise foi realizado, pela primeira vez, um tratamento da informação resultante do Portal de Credenciação da CASES associada exclusivamente ao Ramo de Solidariedade Social. De notar que a informação resultante deste Portal apenas se refere às Cooperativas ativas em Portugal Continental registadas em 2017 e 2018 no Portal de Credenciação, não constituindo, conseqüentemente, uma representação exaustiva de todas as Cooperativas existentes no país nesses anos.

Contudo, esta informação permitiu fazer um levantamento estatístico inédito para o Ramo da Solidariedade Social e constitui-se, atualmente, como a ferramenta estatística mais completa e atual para observação e entendimento deste Ramo Cooperativo.

2. CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2019

A Conta Satélite da Economia Social (CSES) decorre da necessidade de (re)conhecimento da dimensão económica e das características principais das várias entidades da Economia Social, constituindo-se também como um valioso instrumento de apoio à definição das políticas públicas para o Setor. Nesse sentido, encontra-se inscrita desde 2013 na Lei de Bases da Economia Social¹, segundo a qual, deve “*ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional*” (número 2 do Artigo 6.º).

Embora seja atribuição legal da CASES assegurar a realização e manutenção da CSES, nos termos da alínea p), do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril², por integrar o Sistema Estatístico Nacional (SEN) que é responsabilidade da autoridade estatística nacional (INE, I.P.), foram realizados desde 2011 sucessivos protocolos de cooperação entre as duas entidades. Assim, o INE, I.P., em parceria com a CASES, elaboraram desde 2013 três edições da CSES³ (edição 2012 com dados de 2010, edição 2016 com dados de 2013 e edição 2019 com dados de 2016), que reúnem, no âmbito do quadro metodológico e conceptual do SEN, toda a informação económica mais relevante do Setor.

Esta informação permite não só posicionar o Setor da Economia Social no contexto da economia portuguesa, mas também conhecer várias dimensões deste Setor, incluindo informação respeitante ao Setor Cooperativo.

Verifica-se assim que, em 2016, as Cooperativas eram o segundo maior grupo do conjunto de famílias da Economia Social, com 2.343 entidades, o que representou 3,3% do Setor da Economia Social.

Este grupo foi responsável, em 2016, por cerca de 13% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e das Remunerações da Economia Social e 11% do Emprego remunerado (Equivalente a Tempo Completo – ETC), observando-se que todas estas variáveis conheceram aumentos face a 2013, em particular o VAB que aumentou 14,6% - **Figura 1**.

¹ Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/260892/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2030/2013%2C%20de+8+de+maio>

² Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/106824980/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%2039%2F2017>

³ Disponíveis em: <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>

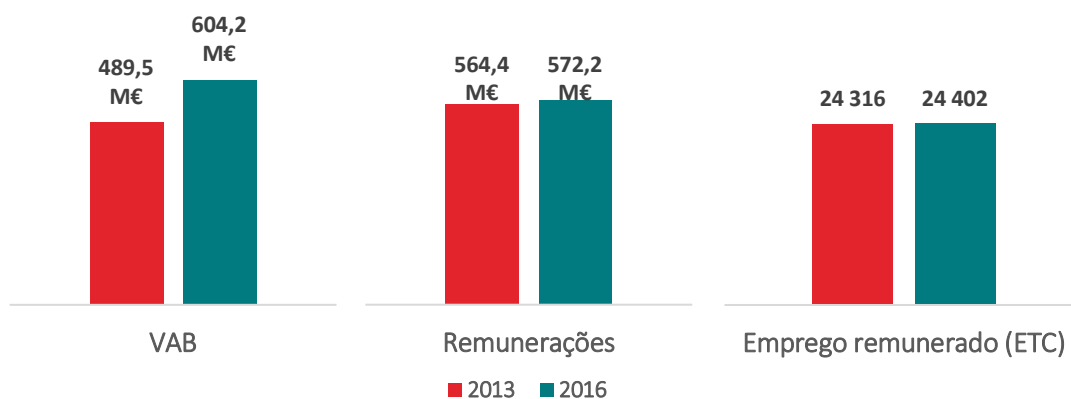


Figura 1 – VAB, Remunerações e Emprego Remunerado (ETC) das Cooperativas segundo dados da CSES para 2013 e 2016

A CSES não fornece, porém, informação para o Setor Cooperativo considerando os seus diferentes Ramos, pelo que não é possível, através deste instrumento estatístico, isolar informação apenas para o Ramo da Solidariedade Social. Sem prejuízo, existem duas vias que permitem obter informação próxima, ou variáveis *proxy*, para conhecer esse Ramo: a informação por Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS) e a informação para o grupo das IPSS.

A CIOSFL/TS, definida no manual das Nações Unidas⁴ utilizado como base metodológica na CSES, categoriza um conjunto de atividades tipicamente associadas às entidades dentro do perímetro da Economia Social, permitindo caracterizá-las com maior rigor e, simultaneamente, estabelecendo uma relação com outras classificações de atividade económica existentes e comumente usadas no SEN, nomeadamente a CAE Rev.3.

Esta classificação não é, nem pretende ser, totalmente comparável com os Ramos Cooperativos, mas apresenta várias proximidades. Assim, considerando que a maioria das Cooperativas do Ramo da Solidariedade Social estão classificadas nas atividades de Saúde⁵ e Serviços Sociais⁶, poderemos encarar essa informação como representativa, mesmo que em parte, desse Ramo Cooperativo.

⁴ *Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work* – Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/UN_TSE_HB_FNL_web.pdf

⁵ A classificação Saúde compreende serviços de saúde em regime de ambulatório geral e especializado, resposta de emergência médica, laboratórios médicos e de diagnóstico, hospitais e estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento, lares de idosos, entre outras.

⁶ A classificação Serviços Sociais compreende serviços de apoio (social) à criança, à juventude, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias, abrigos temporários, serviços de emergência e resgate, apoio a refugiados, atividades de formação ou aconselhamento vocacional, entre outras.

Verifica-se assim que em 2016 existiam 212 Cooperativas que tinham como atividade principal a Saúde ou Serviços Sociais, que geraram 2,9% do VAB do Setor Cooperativo e 11,9% das Remunerações – **Figura 2**.

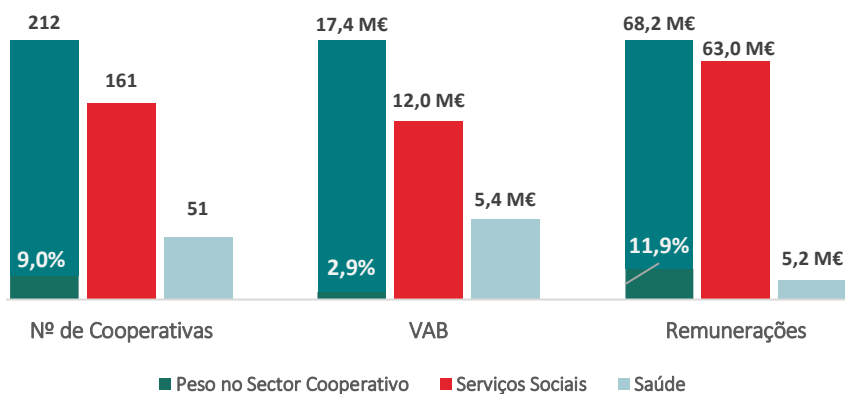


Figura 2 - Caracterização das Cooperativas classificadas em Saúde e Serviços Sociais (CIOSFL/TS), 2016

De notar que estes dados incluem entidades que não são do Ramo da Solidariedade Social, bem como exclui diversas Cooperativas desse Ramo que foram classificadas noutras atividades como, por exemplo, em Educação.

Outra informação *proxy* que consta na CSES refere-se aos apuramentos realizados para as IPSS. A grande maioria das Cooperativas no Ramo da Solidariedade Social são equiparadas a IPSS⁷, pelo que, embora nem todas as Cooperativas com esse Estatuto pertençam a este Ramo, a informação respeitante a este grupo reflete com algum grau de confiança o comportamento das Cooperativas de Solidariedade.

Apesar de em 2016 representarem 7,8% do total de entidades da Economia Social, o que respeita a 5.622 organizações, as entidades com Estatuto de IPSS ou equiparadas foram, nesse ano, responsáveis por mais de metade das Remunerações e do Emprego no Setor. Ademais, os dados das IPSS revelam, entre 2013 e 2016, que estas entidades reforçaram a sua importância relativa no Setor da Economia Social em quase todos os indicadores macroeconómicos - **Figura 3**.

⁷ Existem outros Estatutos especiais igualmente caracterizados na CSES com relevância para o Ramo da Solidariedade Social, como o caso do Estatuto de Organização Não Governamental das Pessoas com Deficiência, porém representam um grupo inferior de entidades no âmbito do Ramo da Solidariedade Social, pelo que, no seu conjunto, têm menor representatividade para o Ramo como um todo. Ademais, a CSES apenas indica o número de Cooperativas com esses Estatutos.

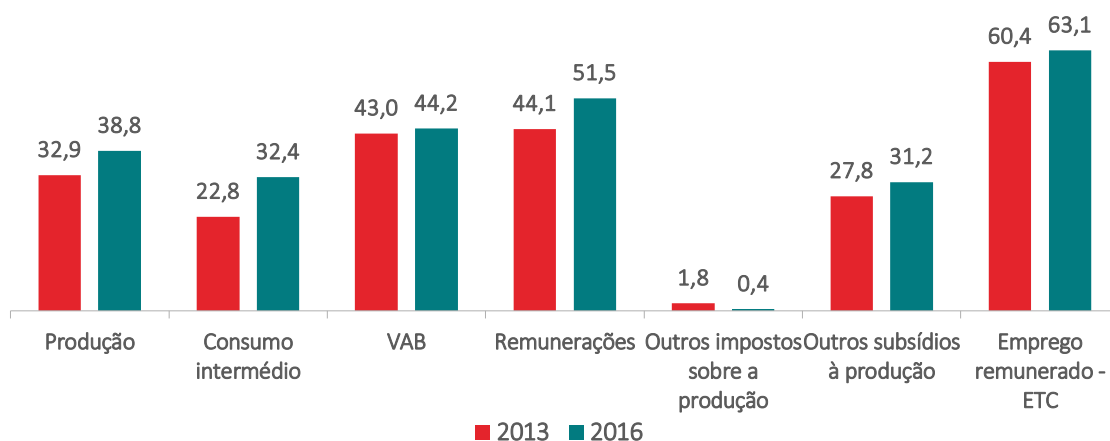


Figura 3 - Importância relativa (%) das IPSS na Economia Social em 2013 e 2016

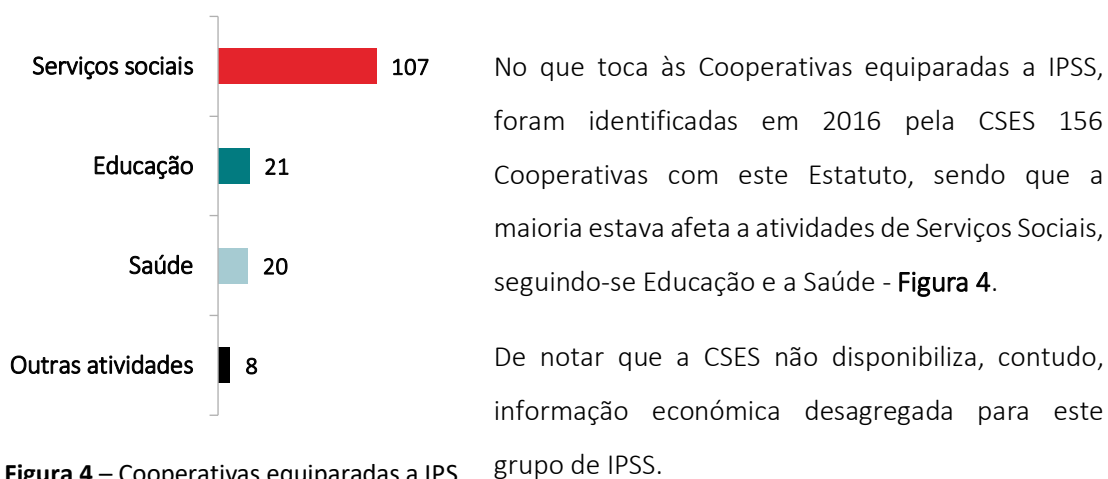


Figura 4 – Cooperativas equiparadas a IPS por CIES/TS (N.º), 2016

No que toca às Cooperativas equiparadas a IPSS, foram identificadas em 2016 pela CIES 156 Cooperativas com este Estatuto, sendo que a maioria estava afeta a atividades de Serviços Sociais, seguindo-se Educação e a Saúde - **Figura 4**.

De notar que a CIES não disponibiliza, contudo, informação económica desagregada para este grupo de IPSS.

De notar que a CIES portuguesa constitui um projeto inédito em termos internacionais, pela sua abrangência e versatilidade que, apesar de estar já na terceira edição, deverá ser considerada como uma ferramenta ainda em desenvolvimento que procura, sistematicamente, acomodar a emergência de novas realidades e necessidades, com as suas consequentes atualizações de conceitos e de metodologias. Neste sentido, este instrumento poderá no futuro compreender novas dimensões como, por exemplo, a dos Ramos Cooperativos.

3. ESTUDO CNIS

Em dezembro de 2017 a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - publicou um estudo intitulado “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal”⁸ no âmbito da Candidatura N.º POISE-03-4639FSE-000007 de 2 de agosto de 2016 pela ATES – Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto). Este estudo compilou e tratou as demonstrações de resultados e balanços relativos a 2016 para um conjunto de 565 IPSS do Continente e Regiões Autónomas, o que representava 10% do universo de IPSS.

Apresenta, assim, estatísticas para Rendimentos e Custos das IPSS, Rácios Financeiros, Trabalho Voluntário, comparações com as sociedades não financeiras e com as entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços sociais, relação com os utentes na oferta de serviços e o contributo das IPSS para a coesão territorial, constituindo igualmente a primeira etapa para a constituição de uma Central de Balanços.

Como referido acerca da CSES, o estudo da CNIS também não tinha pretensão de estudar as Cooperativas do Ramo de Solidariedade Social. Todavia, considerando que a maioria das Cooperativas desse Ramo são equiparadas a IPSS, exercendo, por essa razão, grande influência em quaisquer resultados apurados para o grupo de Cooperativas equiparadas a IPSS, o estudo da CNIS, designadamente, o apuramento realizado para 14 Cooperativas equiparadas a IPSS, poderá ser visto como referência para o comportamento do Ramo de Solidariedade Social.

Deste modo, isolando a informação do estudo apenas para as Cooperativas, conclui-se que:

- Existiam 161 Cooperativas equiparadas a IPSS em 2017, concentradas sobretudo no distrito de Lisboa e Braga;
- As Cooperativas equiparadas a IPSS apresentam a menor percentagem dos pagamentos dos utentes no total de Rendimentos – média agregada de 16,81%. Tal significa que, em 2016, por cada euro que um utente conseguia pagar a uma Cooperativa equiparada a IPSS, esta teve que complementar o serviço prestado com aproximadamente mais 5 euros;
- Os Gastos com o Pessoal pesavam mais de 60% no total de custos destas entidades (média agregada), sendo o segundo valor mais alto do conjunto de formas jurídicas analisadas;
- Os subsídios e donativos de pessoas e entidades privadas no total dos Rendimentos pesavam apenas 2,32% no total de Rendimentos (média agregada).

⁸ Disponível em: <http://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2019/01/Livro-Importancia-Economica-e-Social-das-IPSS-em-Portugal-PDF.pdf>

4. PORTAL DE CREDENCIAÇÃO

Em uso desde 1 de junho de 2015, o Portal de Credenciação da CASES consiste numa plataforma digital destinada à receção de informação respeitante aos atos de comunicação obrigatória, definidos pelo Art.º 116.º do Código Cooperativo⁹, contribuindo para a desmaterialização da informação enviada pelas Cooperativas e para a eficiência do seu tratamento.

Este Portal tem ainda o objetivo de permitir agilizar, de forma segura, o processo de solicitação, validação e emissão da Credencial Cooperativa, um documento comprovativo da legal constituição e regular funcionamento da Cooperativa, sendo um instrumento fundamental para obtenção de apoio técnico e financeiro junto de entidades públicas.

Como consequência, no cumprimento dos objetivos acima descritos, o Portal de Credenciação permite também a recolha de informação estatística sobre Setor Cooperativo, possibilitando obter informação para o grupo de Cooperativas do Ramo da Solidariedade Social.

De notar que este Portal se destina exclusivamente a Cooperativas do território Continental, sendo que as Cooperativas da Região Autónoma dos Açores deverão remeter a sua informação à DRAIC (Direção Regional de Apoio ao Desenvolvimento e à Competitividade) e as Cooperativas da Região Autónoma da Madeira deverão remeter a sua informação ao IEM (Instituto do Emprego da Madeira).

Nesse sentido, a informação aqui apresentada para o Ramo da Solidariedade Social, e de resto toda a informação que pode ser extraída do Portal, não é exaustiva, estando, por inerência, subavaliada.

Porém, dois estudos separados do INE (com colaboração da CASES) concluíram que existiam em Portugal 2.343 Cooperativas em 2016 (CSES de 2019) e 2.012 Cooperativas em 2018 (Questionário para o Setor da Economia Social - 2018¹⁰). Supondo que o total de Cooperativas em 2017 estivesse entre esses números (o que é extremamente plausível), isso significa que as informações que a CASES aqui utiliza representam entre 60% a 70% do Setor Cooperativo português.

Ademais, o universo das Cooperativas considerado neste relatório tenderá a aproximar-se ainda mais da realidade das Cooperativas ativas considerando, por um lado, que as Portal mais relevantes estão credenciadas pela CASES e que, por outro, devem ser excluídas dos números

⁹ Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/view?cid=107981176>

¹⁰ Disponível em: <https://www.cases.pt/inquerito-ao-setor-da-economia-social-ises/>

apurados pelos estudos do INE as Cooperativas sediadas nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, não contempladas no Portal de Credenciação da CASES.

Por último, importa salientar que o preenchimento da informação no Portal de Credenciação é da responsabilidade das Cooperativas que se registam no Portal, observando-se que nem todas fornecem a totalidade dos dados socioeconómicos o que contribui para a subavaliação dos resultados. Ademais, pese embora existirem mecanismos de controlo e validação, alguma informação poderá estar sujeita a imprecisões decorrentes dos atos de preenchimento das Cooperativas.

4.1. DEMOGRAFIA E ESTATUTOS

Em 2018, 174 Cooperativas do Ramo da Solidariedade Social registadas no Portal de Credenciação submeteram informação, menos 11,7% que em 2017. Apesar deste decréscimo verifica-se que o número de Cooperativas que foram credenciadas aumentou, sendo que apenas 17,2% das Cooperativas em 2018 não tinham Credencial - **Figura 5**.

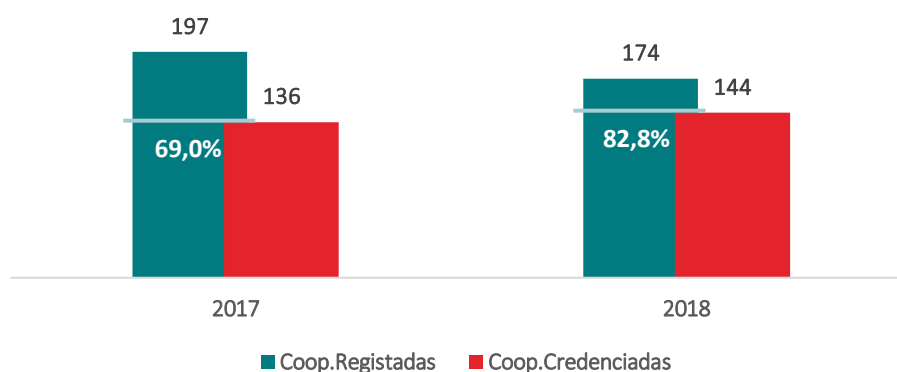


Figura 5 - Evolução do Número de Cooperativas de Solidariedade Social Registadas e Credenciadas, 2017 e 2018

Para o conjunto de Cooperativas acima referido, o Portal de Credenciação permitiu identificar que, quer em 2017, quer em 2018, mais de 85% das Cooperativas do Ramo de Solidariedade Social eram equiparadas a IPSS, o que revela a importância deste Estatuto neste Ramo. Também expressivo é o Estatuto de Organização não-governamental de Pessoas com Deficiência (ONGPD), observando-se que em 2018 quase um quarto das Cooperativas de Solidariedade Social tinham este Estatuto – **Figura 6**.

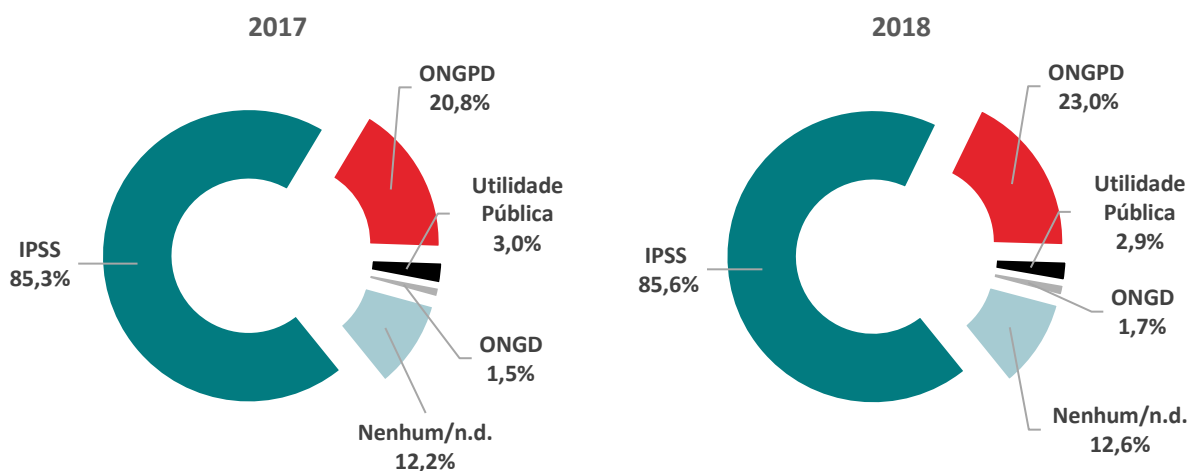


Figura 6 – Importância relativa de diferentes Estatutos especiais no total de Cooperativas do Ramo de Solidariedade Social, 2017 e 2018

Considerando a informação sobre a data de constituição das entidades identificadas em 2018, é possível observar um forte impulso de criação de Cooperativas de Solidariedade Social no período imediatamente a seguir à revolução de abril de 74, com um quarto das Cooperativas criadas entre 1975 e 1979. Pese embora se observe uma diminuição na constituição de Cooperativas de Solidariedade Social na década de 80 e 90, mais de metade destas Cooperativas foram criadas depois do ano 2000, em particular entre 2010 e 2018 (29,3%) - **Figura 7**.

De facto, o número de Cooperativas constituídas na última década supera as que foram constituídas na década de 70 e que ainda se mantêm em atividade. Nesse sentido, é possível concluir que as Cooperativas de Solidariedade Social identificadas em 2018 são maioritariamente jovens, o que se reflete numa longevidade média de 22 anos (segunda longevidade mais baixa do Setor Cooperativo em 2018).

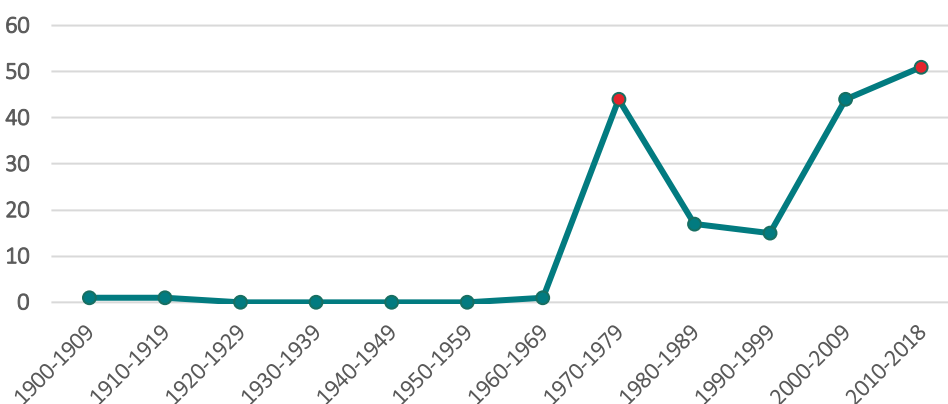


Figura 7 – Evolução da data de constituição das Cooperativas de Solidariedade Social que submeteram informação no Portal de Credenciação, 2018

4.2. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Quando considerada a distribuição das Cooperativas de Solidariedade Social no Portal de Credenciação em 2018¹¹, constata-se que estão presentes em todos os distritos embora com especial destaque para Lisboa, Braga e Porto (e de uma maneira geral no litoral). Tal vai ao encontro do estudo elaborado pela CNIS, exposto na **secção 3** deste documento, que englobava apenas Cooperativas equiparadas a IPSS – **Figura 8**.

No entanto, se considerado o peso do Ramo de Solidariedade Social no total de Cooperativas em cada distrito, a presença deste tipo de Cooperativas torna-se mais relevante em algumas áreas, em particular Aveiro e Setúbal - **Figura 9**.

Por último, considerando o peso do Ramo de Solidariedade Social por habitante, observa-se uma concentração maior em distritos do interior, em particular Évora, onde existe um pouco mais de 3 Cooperativas de Solidariedade Social para cada 10 mil habitantes - **Figura 10**. Pese embora exista nesses distritos (do interior) menor população, verdade é, conforme a **Figura 8** ilustra, esses distritos têm também menos Cooperativas, o que aponta para uma importância relativa maior do Ramo da Solidariedade Social para as populações que habitam essas regiões¹².



Figura 8 - Cooperativas de Solidariedade Social por Distrito, 2018

¹¹ Distribuição em 2017 é em tudo semelhante, apresentando apenas uma concentração ligeiramente maior no distrito do Porto (colocando esse distrito em segundo lugar).

¹² A propósito da presença cooperativista em regiões do interior, *vide* Relatório CASES “Cooperativas em Municípios do Interior”, no qual, entre outros aspetos, se concluiu que em 2017 mais de um quinto das Cooperativas do Ramo da Solidariedade Social estavam sediadas em municípios do interior. Estudo disponível em: http://www.revista-es.info/pedroso_7.html

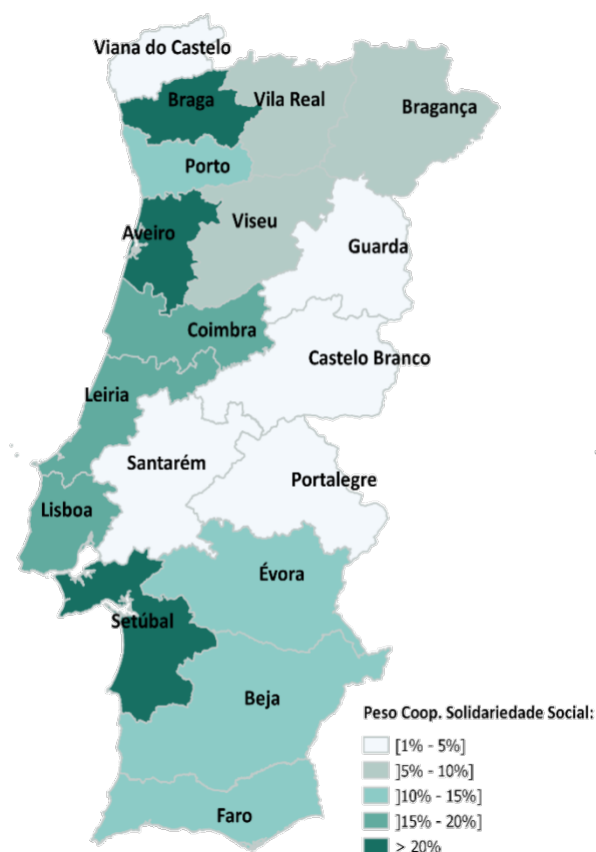


Figura 9 – Peso relativo das Cooperativas de Solidariedade Social face ao total de Cooperativas, por Distrito, 2018

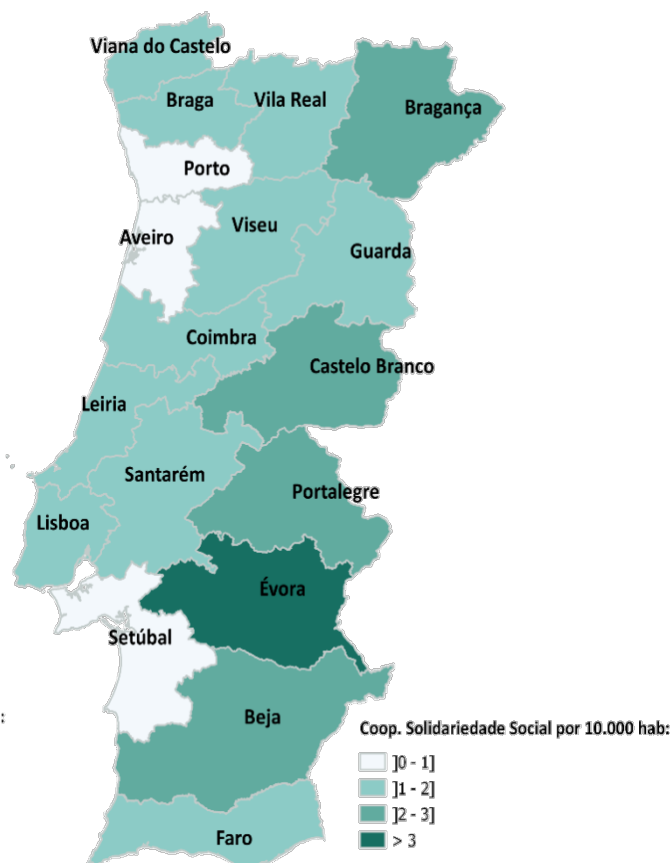


Figura 10 – Cooperativas de Solidariedade Social por 10 mil habitantes, 2018

4.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES

Segundo a CAE principal que reportam, constata-se que a maioria das Cooperativas do Ramo de Solidariedade Social identificadas em 2018¹³ exercem atividades relacionadas com Apoio social sem alojamento (48,9%), seguindo-se atividades de Educação e atividade de Apoio social com alojamento - **Figura 11**.

Se analisadas em maior detalhe as atividades de Apoio social sem alojamento, existe um peso muito expressivo de atividades orientadas para pessoas com deficiência (o que vai ao encontro da existência de muitas Cooperativas de Solidariedade Social com o Estatuto de ONGPD), seguindo-se, com menor expressão, o apoio a crianças e aos idosos.

¹³ Dados de 2017 seguem uma estrutura semelhante.

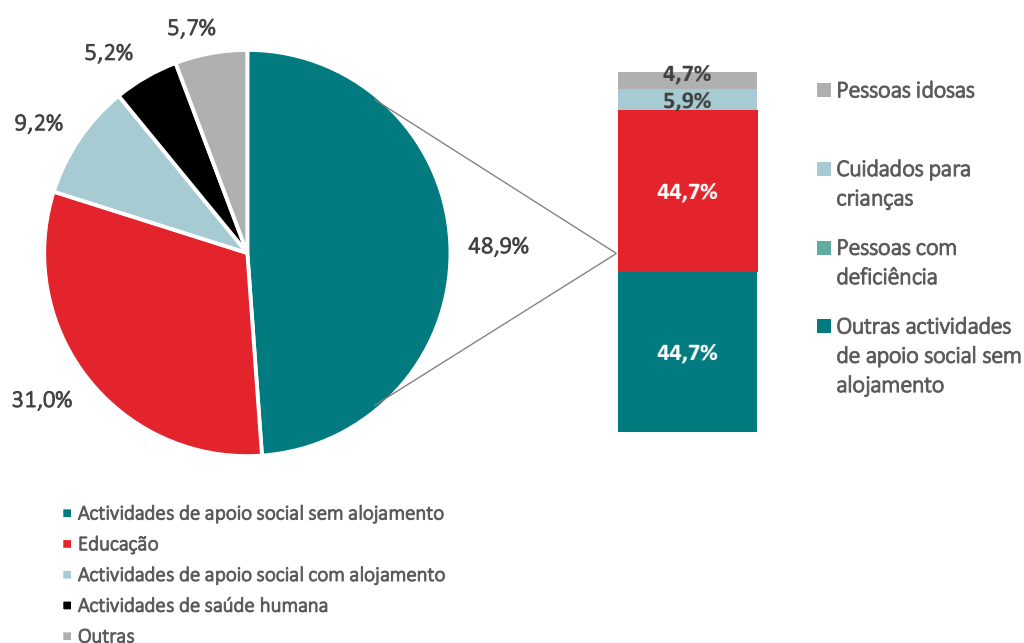


Figura 11 - Distribuição das Cooperativas de Solidariedade Social por CAE principal, 2018

Importa notar que o grupo de Outras actividades de apoio social sem alojamento, segunda subclasse mais representativa no âmbito da CAE de apoio social sem alojamento, abrange atividades variadas de desenvolvimento, inclusão e empreendedorismo social, mas também as atividades de muitas Cooperativas de Solidariedade Social que prestam, de forma transversal, serviços para vários grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, crianças e idosos.

Ademais, é de salientar que esta informação corresponde apenas à CAE principal, ou seja, uma mesma entidade pode exercer (e muitas vezes o fá-lo) atividades respeitantes a outras CAE, pelo que esta informação deve ser encarada como a de primeira linha.

4.4. ÓRGÃOS SOCIAIS E COOPERADORES

O Ramo da Solidariedade Social foi, quer em 2017, quer em 2018, o segundo Ramo com maior número de indivíduos nos Órgãos Sociais (12,7% e 15,3%, respetivamente). Foi igualmente, em ambos os anos, o Ramo que concentra o maior número de mulheres nos Órgãos Sociais, observando-se que em 2018 mais de um terço de todas as mulheres que exerciam cargos nos Órgãos Sociais no Setor Cooperativo, faziam-no no Ramo da Solidariedade Social - **Figura 12**.

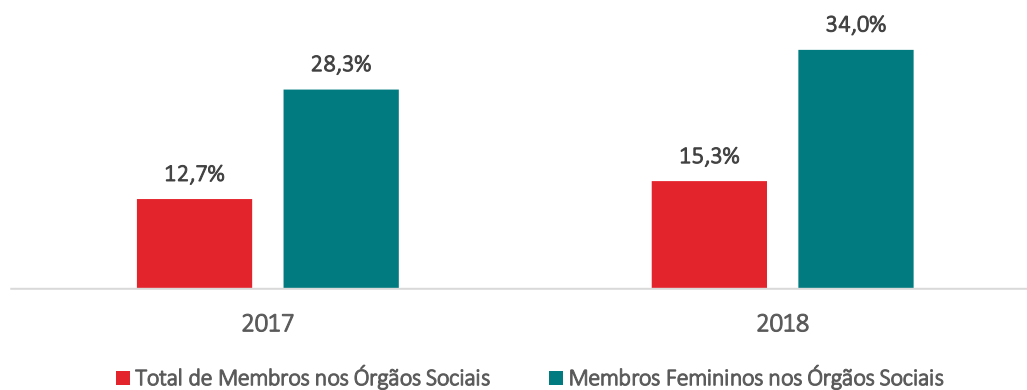


Figura 12 - Peso relativo dos membros dos Órgãos Sociais das Cooperativas de Solidariedade Social no Setor Cooperativo, total e por género feminino, 2017 e 2018

Considerando a composição dos diferentes Órgãos Sociais, mantém-se a predominância feminina nas diferentes funções com exceção do Órgão de Fiscalização - **Figura 13**.

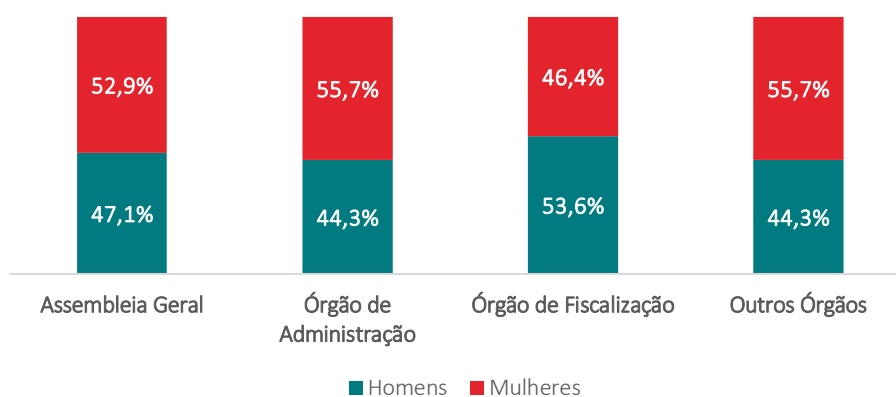


Figura 13 – Distribuição de Género pelos diferentes Órgãos Sociais, 2018

Quanto ao total de Cooperadores, estima-se que quer em 2017, quer em 2018, aproximadamente 4 em cada 100 Cooperadores pertenciam a uma Cooperativa de Solidariedade Social, sendo maioritariamente membros singulares.

4.5. EMPREGO

O Ramo da Solidariedade Social foi, em 2017 e 2018, o que mais contribuiu para o Emprego de todo o Setor Cooperativo identificado no Portal nesses anos, importância que aumentou em 2018, ano em que, quase um quarto de todo o Emprego do Setor foi originado neste Ramo - **Figura 14**.

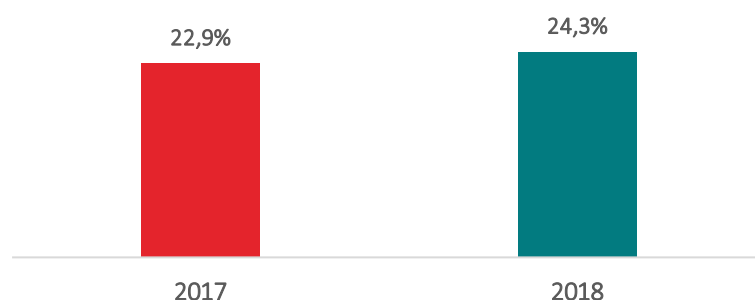


Figura 14 - Importância relativa das Cooperativas de Solidariedade Social no Emprego do Setor Cooperativo, 2017 e 2018

No que toca às características do Emprego, observa-se que nestas Cooperativas existe um peso muito significativo do Emprego feminino que foi, em ambos os anos, superior a 80% do total de Emprego do Ramo - **Figura 15**. Inclusivamente, embora com uma diferença ligeira, observa-se que as Cooperativas identificadas em 2018 apresentam uma proporção maior do Emprego feminino.

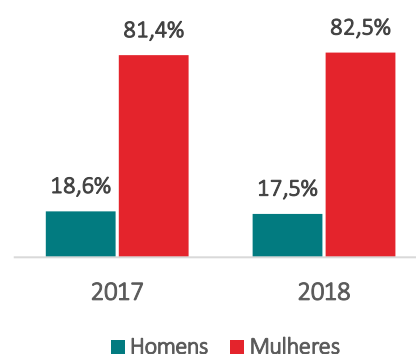


Figura 15 – Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Género, 2017 e 2018

Em ambos os anos, os trabalhadores concentravam-se sobretudo na classe de idades compreendidas entre os 45 e 64 anos. No entanto, mais de metade dos trabalhadores têm menos de 45 anos. De assinalar que os trabalhadores das Cooperativas identificadas em 2018 são, comparativamente com os de 2017, mais velhos.

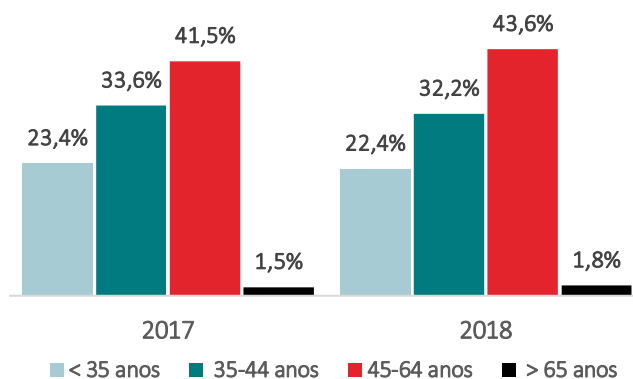


Figura 16 - Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Escalões Etários, 2017 e 2018

No que concerne aos Níveis de Escolaridade dos trabalhadores, quer em 2017, quer em 2018, observa-se uma maior concentração dos trabalhadores nos níveis mais altos de escolaridade, contudo, em ambos os anos, mais de metade dos indivíduos tem escolaridade inferior ao ensino superior - **Figura 17**. De notar que face a 2017, 2018 apresenta um maior número de trabalhadores com ensino secundário ou superior.

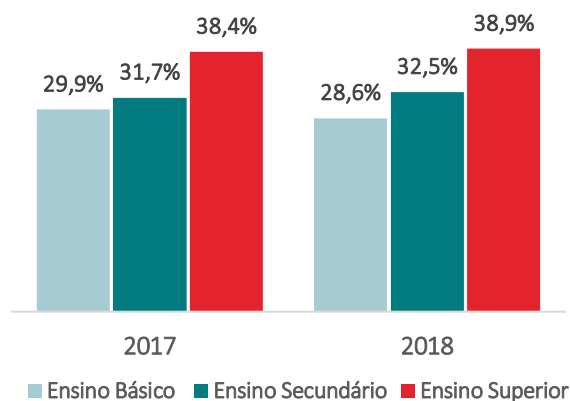


Figura 17 - Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Níveis de Escolaridade, 2017 e 2018

Por último, constata-se que a maioria dos trabalhadores das Cooperativas de Solidariedade Social identificadas em 2017 e 2018 têm um contrato sem termo - **Figura 18**. Esta proporção de trabalhadores com contrato sem termo surge superior em 2018, bem como a incidência de contratos de outra natureza.

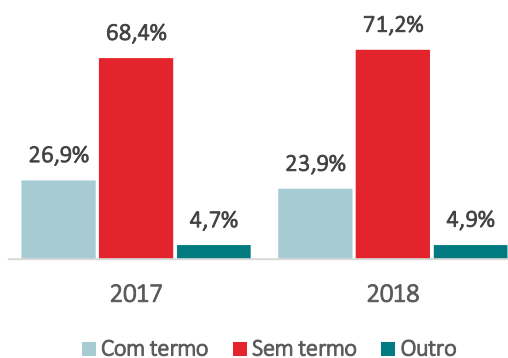


Figura 18 - Distribuição do Emprego no Ramo de Solidariedade Social por Tipo de Contrato, 2017 e 2018

4.6. DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Com base nas demonstrações de resultados e balanços das Cooperativas do Ramo de Solidariedade Social identificadas para 2017 e 2018, foi possível estimar as principais rubricas económico-financeiras e conhecer a estrutura de Rendimentos e Gastos destas entidades.

Deste modo, observa-se, nos dois anos em análise, que na estrutura de Rendimentos das Cooperativas de Solidariedade Social os Subsídios à Exploração representaram mais de 66% de todos os Rendimentos e a Venda e Prestação de Serviços apenas um quarto - **Figura 19**.

De notar também que, considerando o total de Vendas e Prestação de Serviços e o total de Subsídios à Exploração do Setor Cooperativo nestes anos, o Ramo de Solidariedade Social apenas contribuiu com 1,3% do valor das Vendas, mas foi o que mais peso teve no que toca aos Subsídios

- quase metade dos Subsídios à Exploração do Setor Cooperativo estavam concentrados neste Ramo.

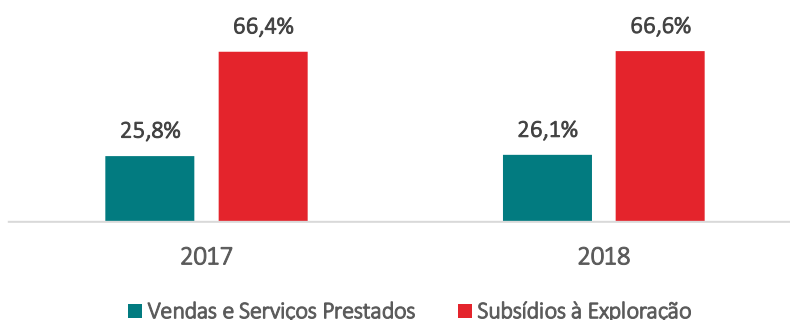


Figura 19 - Peso relativo das rúbricas Vendas e Serviços Prestados e Subsídios à Exploração no total de Rendimentos das Cooperativas de Solidariedade Social, 2017 e 2018

Verifica-se também que os Gastos com o Pessoal assumem o maior encargo na estrutura de custos operacionais destas entidades em 2017 e 2018, representando mais de 60% dos gastos nestes anos¹⁴, seguindo-se gastos com o Fornecimento de Serviços Externos (FSE) e o Custo com as Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) - **Figura 20**.

No que toca à posição relativa deste Ramo nos gastos do Setor Cooperativo, estas entidades apresentam em ambos os anos um contributo reduzido no que respeita ao CMVMC (0,3%) e mesmo no FSE (cerca de 10%), mas assumem uma importância elevada no que respeita aos Gastos com Pessoal (um pouco mais de 20% do Setor Cooperativo, terceiro peso mais elevado).

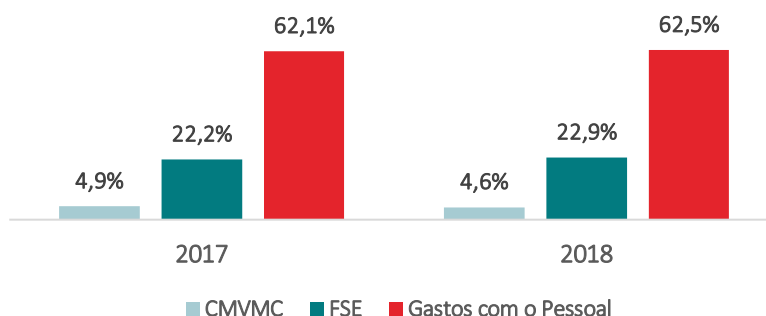


Figura 20 - Peso relativo das principais rúbricas de Gastos no total de Gastos das Cooperativas de Solidariedade Social, 2017 e 2018

¹⁴ Este valor surge também alinhado com o estudo da CNIS que incidia em parte sobre Cooperativas equiparadas a IPSS referido na secção 3 deste documento.

Globalmente os Resultados Líquidos destas entidades foram positivos, quer em 2017, quer em 2018, existindo em ambos os anos um maior número de Cooperativas com resultados positivos do que negativos, embora seja de salientar que em 2018 o número de Cooperativas com resultados negativos foi superior - **Figura 21**.

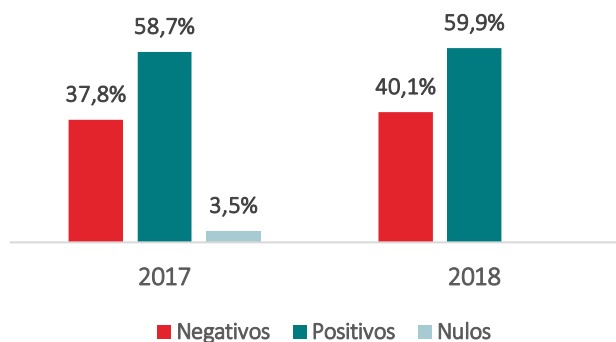


Figura 21 - Proporção de Cooperativas de Solidariedade Social por Natureza dos Resultados

Relativamente à informação extraída dos balanços destas entidades, observa-se que a generalidade das Cooperativas de Solidariedade Social, de 2017 e 2018, apresentam bons níveis de liquidez, são financeiramente autónomas e solváveis, possuindo baixas taxas de endividamento. Verifica-se, aliás, que estes rácios comparam favoravelmente com os resultados para a globalidade do Setor Cooperativo - **Figura 22**.

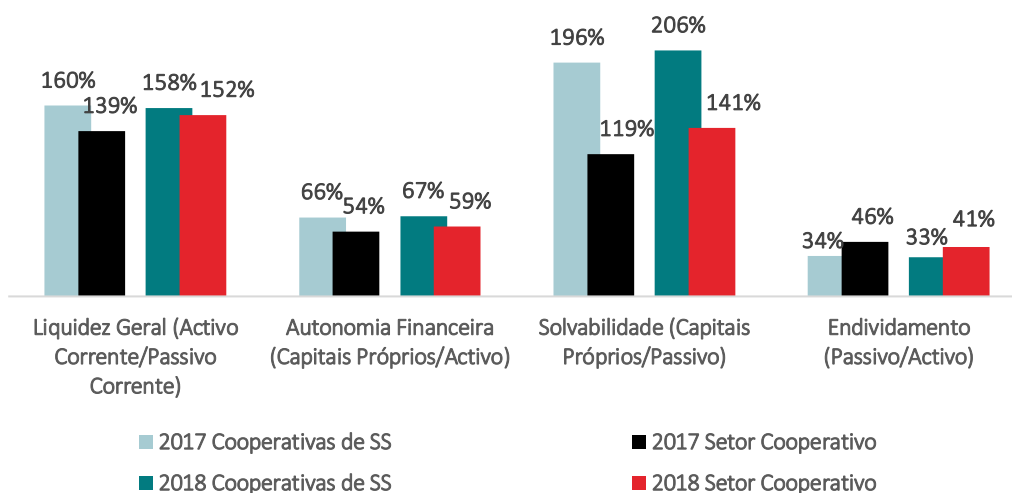


Figura 22 - Principais rácios financeiros das Cooperativas de Solidariedade Social e do Setor Cooperativo, 2017 e 2018

5. NOTA FINAL

Apesar da escassez de dados estatísticos sobre o Ramo de Solidariedade Social, a informação que foi possível recolher através do Portal de Credenciação permitiu evidenciar alguns dos elementos mais característicos deste Ramo tão importante na satisfação das necessidades sociais de grupos muito vulneráveis da sociedade portuguesa.

A CASES relembra que a quantidade e qualidade da informação necessária para a realização deste relatório, e para a realização de relatórios semelhantes, incluindo de outros Ramos, está dependente da cooperação do Setor no momento de submissão dos atos de comunicação obrigatória, em concreto através do preenchimento dos vários campos do Portal de Credenciação.

Assim, as Cooperativas que, em 2017 e 2018, submeteram informação no Portal de Credenciação tiveram um papel fundamental para um melhor entendimento do Ramo a que pertencem, contribuindo para a concretização de um instrumento que se poderá revelar útil na definição das estratégias e políticas públicas para este conjunto de Cooperativas, em particular, mas também para a mobilização do Setor Cooperativo no geral.



COOPERATIVAS DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL 2018

